

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.133 - AM (2019/0314869-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : TW SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LTDA
ADVOGADOS : PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO - AM006935
DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR - AM011441
RECORRIDO : ARDO - CONSTRUTORA E PAVIMENTACAO LTDA
ADVOGADOS : WAGNER LIBERAL MICHETTI - AM005193
MARY MARUMY BASTOS TAKEDA - AM004107
BENJAMIM SAUL BENCHIMOL - AM004902
JOABE DE FRANÇA BARROS - AM004919
INTERES. : AÇUTUBA PLANEJAMENTO E INCORPORAÇÃO LTDA
ADVOGADOS : NELSON ABDON SOUTO KIZEM - AM005454
MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI - AM005504

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. OMISSÃO RELEVANTE NO ACÓRDÃO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO DE TESES SUSCITADAS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por TW SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LTDA., com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual se insurge contra acórdão do Tribunal de Justiça do Amazonas assim ementado (e-STJ, fl. 311):

Agravo de instrumento. Decisão interlocutória. Nulidade. Cerceamento defesa.

Litisconsórcio passivo necessário. Não ocorrência. Desconsideração da personalidade jurídica. Inexistência de bens. Impossibilidade.

1. Cabe ao julgador, como destinatário da prova, decidir sobre a necessidade ou não de tal ou qual produção de prova, além daquelas constantes dos autos, especialmente quando ele entender que os elementos contidos nos autos são suficientes para formar seu convencimento.

2. No incidente de desconsideração da personalidade jurídica, não há que se falar em litisconsórcio passivo necessário, mas em facultativo e ulterior.

3. A mera demonstração de inexistência de patrimônio da pessoa jurídica ou de dissolução irregular da empresa sem a devida baixa na

junta comercial, por si sós, não ensejam a desconconsideração da personalidade jurídica.

4. Agravo de instrumento conhecido e provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 339-344).

No recurso especial, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 489, § 1º, IV, do novo CPC; e 50 do CC.

Esclarece que se opõe ao acórdão que não teria apreciado todas as questões suscitadas pela insurgente, embora julgados os embargos de declaração. Pondera não ter havido a análise acerca da tese recursal da desconconsideração da personalidade jurídica especificamente de Sociedade com Propósito Específico (SPE), questão fulcral para o adequado deslinde da causa, ante as vicissitudes desse tipo de empreendimento, que existe apenas para cumprir as obrigações de sua controladora. Frisa que não ocorreu a análise de questões envolvendo a aplicação do art. 50 do CC (e-STJ, fls. 348-359).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 373-378).

Juízo positivo de admissibilidade do recurso especial (e-STJ, fls. 379-381).

Brevemente relatado, decido.

Percebe-se que o acórdão concluiu não ser caso de desconconsideração da personalidade jurídica, pois tal medida teria sido tomada pelo Magistrado singular apenas por não haver numerário em conta bancária, atestada por meio do sistema Bacenjud.

Veja-se (e-STJ, fls. 315-317):

No caso, o Magistrado prolator da decisão impugnada fundamentou a desconconsideração da personalidade jurídica, em decorrência da inexistência de numerário em conta bancária (prova obtida via Bacen-jud), como demonstração da intenção dos sócios em furtar-se das obrigações.

[...]

Desta forma, rejeito o argumento de nulidade da decisão vergastada por ausência de litisconsórcio passivo necessário.

Superadas estas questões, averiguo o mérito do recurso acerca da necessidade de reformar ou não a decisão interlocutória proferida pela primeira instância.

A desconconsideração da personalidade jurídica está regulamentada no artigo 50 do Código Civil, nos seguintes termos:

[...]

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento no sentido de que "a mera demonstração de inexistência de patrimônio da pessoa jurídica ou de dissolução irregular da empresa sem a devida baixa na junta comercial, por si sós, não ensejam a desconconsideração da

personalidade jurídica", in verbis:

[...]

Lendo atentamente a decisão objeto do presente recurso, conclui-se que a desconsideração da personalidade jurídica decorreu única e exclusivamente, por motivo da inexistência de numerário em conta bancária, situação aferida, após a realização de Bacen-jud.

Como se vê, o entendimento do primeira instância contraria frontalmente o entendimento cc do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema e, por este motivo, deve a decisão ser reformada. O o Posto isso, conheço e dou provimento ao recurso para reformar a decisão impugnada, afastando, consequentemente, a desconsideração da personalidade jurídica com base, exclusivamente, o na inexistência de numerários penhoráveis em instituições bancárias.

Opostos embargos de declaração sustentando a ocorrência de omissão a respeito de questões que demonstrariam a possibilidade da desconsideração da personalidade jurídica, a segunda instância limitou-se a justificar que não era cabível a medida pleiteada, com base na ausência de omissão.

Entretanto, nota-se que pontos centrais da questão passaram ao largo da fundamentação do acórdão. Além de não ter sido apreciada a tese de haver evidências concretas do comportamento abusivo da pessoa jurídica Açutuba Planejamento e Incorporação Ltda., também não teria sido analisada a questão de se tratar de Sociedade de Propósito Específico (SPE), que carecia de qualidades próprias de uma sociedade empresarial comum, de sorte que sua autonomia patrimonial seria bastante relativa.

Logo, ocorrendo essas omissões, é de rigor a anulação do acórdão estadual, para que seja apreciada a plenitude das argumentações da insurgente, no tocante à ocorrência de comportamento abusivo e, especialmente, em relação ao fato de ser uma SPE, pois tal qualificação jurídica se mostra relevante para o deslinde do caso.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO POR REFERÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA.

1. "É pacífico no âmbito do STF e do STJ o entendimento de ser possível a fundamentação per relationem ou por referência ou por remissão, não se cogitando nulidade ou ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, desde que os fundamentos existentes aliunde

sejam reproduzidos no julgado definitivo (principal), o que, como visto, não ocorreu na espécie" (REsp 1.426.406/MT, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 11/5/2017).

2. Deixando a Corte local de se manifestar sobre questões relevantes, apontadas em embargos de declaração que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo, tem-se por configurada a violação do art. 535 do CPC/1973, devendo ser provido o recurso especial, com determinação de retorno dos autos à origem, para que seja suprido o vício.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 726.311/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 17/10/2019)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTÁGIO PROBATÓRIO. DEMISSÃO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022. OMISSÃO. RECONHECIMENTO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS MODIFICATIVOS. 1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão do acórdão atacado, ou para corrigir-lhe erro material.

2. No caso, deve ser reconhecida a omissão apontada pelo embargante, pois o Tribunal de origem, mesmo provocado em sede de embargos declaratórios, quedou silente sobre argumentações que se mostram relevantes para o deslinde da controvérsia, em franca violação ao art. 1.022 do CPC/15.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para dar provimento ao recurso especial da parte embargante e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que seja realizado novo julgamento com o exposto enfrentamento das questões aqui tidas por omitidas.

(EDcl no AgInt no AREsp 1232124/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/10/2019, DJe 09/10/2019)

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, anulando o acórdão, para que o Tribunal estadual, apreciando todas as questões suscitadas nos embargos de declaração, reexamine a causa como entender de direito.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator